



Conselho Nacional

ACTA N.º04 /2010

Aos 09 dias de Setembro de 2010, na Sede da Ordem dos Advogados de Angola, sita em Luanda, na Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, pelas 15H00, realizou-se a reunião do Conselho Nacional, presidida pelo Bastonário da Ordem dos Advogados Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto e com a presença dos seguintes membros:

- Dr. Hermenegildo Cachimbombo;
- Dr. Samuel João;
- Dr. Sérgio Raimundo;
- Dr.ª Fátima Neto;
- Dr. António Afonso de Sousa;
- Dr. Conceição Miguel.

Ausências:

- Dr. Machila do Santos;
- Dr.ª Idalina Vieira;
- Dr.ª Idalina Rodrigues;
- Dr. Albino Sinjecumbi.

Além dos membros acima referenciados, a reunião contou também com as presenças dos Srs. Drs. Luis Filipe Pizarro e António Joaquim, na qualidade de assessores do Sr. Bastonário e teve a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Análise do relatório apresentado pela Comissão criada para tratar do documento final sobre a tabela mínima de Honorários;
3. Balanço das actividades preparatórias da "Semana do Advogado";
4. Cédulas profissionais e emissão de novos modelos de cartões de advogados;
5. Diversos.



Conselho Nacional

Foram incluídos 3(três) subpontos na proposta da ordem de trabalhos, nomeadamente, i. problemática em torno da emissão definitiva de declarações de reconhecimento de licenciatura obtida no exterior do país, ii. informação sobre encontros com membros do Executivo e outras instituições públicas e iii. moralização da advocacia, no ponto Diversos, e, assim, aprovada a ordem de trabalhos.

Antes da discussão dos pontos da ordem de trabalhos, o Sr. Bastonário tratou de informar os presentes sobre as anomalias verificadas no âmbito do programa da Televisão Pública de Angola -TPA,- sob a denominação "A Grande Entrevista", emitido no Canal 1 e com reposição no Canal 2.

Tais anomalias, assentes no facto de, contra o que inicialmente esteve acertado e previsto entre a O.A.A e a produção do citado programa, no âmbito da "Semana do Advogado", ter sido realizada uma entrevista a um suposto jurista, Sr. Higino Regal, não inscrito na Ordem dos Advogados, que predominantemente abordou questões inerentes ao exercício profissional da advocacia, de forma dissonante e distorcida.

Face ao que acima vai referido, o Conselho deliberou manifestar o seu desagrado junto da Direcção da TPA e elaborar um comunicado, demarcando-se claramente dos esclarecimentos ou abordagens concernentes ao exercício da advocacia verificados no referido programa.

Após a discussão dos pontos da ordem de trabalho, foram tomadas as seguintes deliberações:

1. Não foi apresentada a acta da reunião anterior, em virtude de o Dr. António Afonso de Sousa que ficou encarregado de a elaborar, segundo informação por si prestada, ter estado assoberbado de trabalho na semana que tinha projectado ou programado para fazê-lo, tendo, no entanto, se comprometido na semana seguinte em enviar por e-mail aos membros do Conselho.
2. Os presentes analisaram o relatório referido neste ponto e foi recomendada a apresentação de contributos substanciais, a fim de ser objecto de aprovação na próxima reunião do Conselho Nacional.
3. Chegados a este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Bastonário tratou, a título prévio, informar os presentes sobre as actividades programadas, no âmbito da "Semana do Advogado", na província de



Conselho Nacional

Benguela , nomeadamente a cerimónia de entrega de cédulas profissionais e a realização de uma palestra.

Dada a palavra ao Dr. Hemenegildo Cachimbombo, enquanto Presidente do Conselho Provincial de Luanda, - órgão encarregue de preparar a generalidade das actividades agendadas- começou por referir que tudo estava a decorrer de acordo com o que está previamente estabelecido, assegurando que os locais para a cerimónia de entrega de cédulas profissionais e palestra sob o tema " Análise sobre a eficiência do actual modelo de estágio da advocacia", Assembleia Geral e Provincial dos Advogados e Jantar Conferência sob o tema "Seguro de Responsabilidade Civil e Previdência nas profissões liberais, - Auditório Prof. Maria do Carmo Medina da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Centro de Conferências de Belas e Hotel Praiamar, respectivamente, já estavam confirmados.

Referiu ainda que a mobilização dos advogados e os aspectos organizativos para a visita à Cadeia de Viana estavam bem encaminhados, havendo apenas acertos finais por fazer.

Ainda ligada à preparação da "Semana do Advogado" o Dr. Cachimbombo informou os presentes de que o programa estava a ser objecto de publicação diária no Jornal de Angola e que a Nota de Imprensa seria divulgada na semana seguinte à da reunião.

Finalmente, foi referida a preparação para o torneio de futebol salão e definida a composição do grupo que, em nome da O.A.A., participaria no Programa da Rádio Nacional denominado "Tendências e Debates"- Sr. Bastonário, Vice presidente e mais 1(um) membro do Conselho Provincial de Luanda.

4. O Sr. Bastonário tratou de elucidar os presentes sobre os custos altíssimos para a produção do actual modelo de cédulas profissionais, cuja primeira encomenda já se acha esgotada, além de apontar a desnecessidade prática do uso pelos advogados da sobredita cédula no dia-a-dia profissional, razões suficientes para enveredar por outro tipo de opção, referindo a emissão de novos modelos de cartões com os parâmetros dos actuais bilhetes de identidade de cidadão nacional e da carta de condução, aliás com dimensões universais.



Conselho Nacional

O Conselho recomendou no sentido de desencadear diligências com vista a obtenção patrocínios junto de instituições quer públicas quer privadas para assegurar a continuidade da emissão dos títulos profissionais.

5. Neste ponto, foram abordados os seguintes subpontos:

- i. problemática em torno da emissão definitiva de declarações de reconhecimento de licenciatura obtida no exterior do país;
- ii. informação sobre encontros com membros do Executivo; e
- iii. moralização da advocacia

No tocante ao subponto i., os membros por unanimidade, em decorrência de constatações e informações, reconheceram que actualmente existem assinaláveis atrasos na emissão de reconhecimento de licenciaturas realizados no exterior do país por parte da entidade pública competente para assim proceder e recomendaram a elaboração de uma carta à Reitoria da Universidade Agostinho Neto, anexando uma relação nominal dos processos de inscrição de candidatos ao exercício da advocacia pendentes na O.A.A e, assim, desencadear a pressão institucional necessária à solução da situação.

Quanto ao ponto ii. diz respeito, o Sr. Bastonário deu a conhecer os encontros que manteve com o Ministério da Administração do Território, na pessoa do seu titular, Dr. Bornito de Sousa, onde foi abordada a perspectiva dos advogados prestarem consultas a administrações municipais em matéria de elaboração de contratos e adjudicações e a possibilidade de formações conjuntas no âmbito do Instituto de Administração Local.

Referiu ainda a possibilidade de obtenção a favor da O.A.A de terrenos nas demais provinciais dos país, atendendo o desafio da implementação e concretização do instituto da Defesa Pública consagrado recentemente na Constituição.

Ao nível da UALP- União dos Advogados de Língua Portuguesa, referiu a crescente abordagem sobre a problemática de estabelecimento de advogados estrangeiros.



Conselho Nacional

Outrossim informou sobre o encontro mantido com o PCA da Endiama E.P, o qual centrou-se na necessidade de se abordar profundamente a temática da contratação mineira, técnicas de negociação e execução de contratos e arbitragem, numa projectada Conferência, cujos encargos serão comparticipados, e com a presença de especialistas do Brasil, Botswana, França, tendo em vista a inserção dos aspectos atrás referidos no Projecto de Cód. Mineiro.

Finalmente, no que tange ao subponto iii, os membros tomaram conhecimento de situações gravemente atentatórias das regras da ética e deontologia incorridas por alguns advogados que integram os Conselhos Superiores das Magistraturas do Ministério Público e Judiciais bem como reiteraram a necessidade de os advogados integrantes dos órgãos de Direcção da Ordem observarem rigorosamente o dever de sigilo profissional em relação aos assuntos de que tomam conhecimento no âmbito dos citados órgãos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada por volta das 18H00, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelo Sr. Bastonário após aprovação.

Luanda, 13 de Setembro de 2010.

O BASTONÁRIO

Manuel Vicente Inglês Pinto